

ARTIGO

A ESQUERDA BRASILEIRA EXILADA E O FEMINISMO: A ATUAÇÃO POLÍTICA DAS BRASILEIRAS NO CHILE E NA FRANÇA (1968-1979)

THE BRAZILIAN EXILED LEFT AND FEMINISM: THE POLITICAL ACTION OF BRAZILIAN WOMEN IN CHILE AND FRANCE (1968-1979)

TERESA CRISTINA SCHNEIDER MARQUES*

RESUMO

As mulheres passaram a atuar na luta contra a ditadura militar brasileira através do movimento estudantil, sendo que muitas aderiram ao projeto socialista e à luta armada. Atingidas pela repressão assim como os demais militantes de esquerda no período, elas ajudaram a compor a segunda geração de exilados brasileiros, que começou a deixar o país após 1968 e se concentrou primeiramente no Chile, e após o golpe de 1973, na França. A pesquisa documental indicou que a defesa do projeto socialista foi a principal bandeira das exiladas no Chile, enquanto que na França, o feminismo, a anistia e a democracia, passaram a serem defendidas pelas brasileiras. Dessa forma, o presente artigo analisa de que maneira o contexto e as redes de solidariedade influenciaram as ideias políticas e as formas de ação das militantes brasileiras no exílio.

PALAVRAS-CHAVE: exiladas, ditadura, feminismo.

RESUMEN

Las mujeres comenzaron a actuar en la lucha contra la dictadura militar brasileña através del movimiento estudiantil, y muchos se unieron al proyecto socialista y la lucha armada. Afectado por la represión, así como otros izquierdistas en el período, que ayudaron a formar la segunda generación de exiliados brasileños, que comenzaron a abandonar el país después de 1968 y se concentra principalmente en Chile, y después del golpe de 1973, Francia. La investigación documental indicó que la defensa del proyecto socialista fue el principal estandarte de la exiliado en Chile, mientras que en Francia, el feminismo, la amnistía y la democracia, tendrá que ser defendida por el brasileño. Por lo tanto, este artículo analiza cómo las redes de contexto y de solidaridad influyeron las ideas y formas de acción de los militantes brasileños exiliados políticos

PALABRAS-CLAVE: Dictadura, feminismo, exílio.

1. Introdução

A atuação política dos grupos de esquerda após 1964 no Brasil ficou marcada pelas restrições impostas pelo novo quadro político e econômico estabelecido pelo regime militar. Se em termos econômicos, o regime demonstrava grande capacidade estatal com o chamado milagre econômico – possibilitado pela abertura ao capital externo e marcado pela forte intervenção estatal na economia –, em termos políticos, o regime ficou marcado pelo seu caráter autoritário. A suspensão das liberdades democráticas, a exclusão da população do processo decisório e a montagem de uma ampla estrutura repressiva, nos permitem caracterizar a ditadura brasileira enquanto um regime não-democrático com forte capacidade.¹

Como resposta a esse quadro, a esquerda brasileira passou a transgredir as regras impostas pelo regime. Para tanto, rompeu com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista (PC), considerados “reformistas” pelos jovens que iniciaram a militância após 1964.² Com efeito, segundo o projeto *Brasil: nunca mais* emergiram mais de 40 grupos de oposição à esquerda nesse período.³ A adoção de um discurso marxista e a defesa do socialismo pela via armada está entre as posturas comuns à muitas organizações de oposição que surgiram no Brasil no período.⁴

A intensificação da participação política de mulheres está entre as transformações pelas quais a esquerda passou nesse momento. No período anterior ao golpe, a atuação política de mulheres era menos significativa, o que ficou refletido no perfil das mulheres atingidas pelo primeiro ciclo repressivo instalado pela ditadura militar. É esclarecedora nesse sentido a escassez de documentos sobre mulheres e crianças exiladas no Uruguai, onde se concentrou a primeira geração de exilados que foi expulsa do país pelo golpe militar.⁵ A pesquisa demonstrou que

as mulheres exiladas da primeira geração em geral não eram militantes, ou sequer mantinham algum tipo de vinculação direta com movimentos políticos.⁶

No momento posterior à 1964, muitas mulheres passaram a participar da oposição política através do meio estudantil, e muitas delas, aderiram às organizações armadas e ao projeto socialista revolucionário. Dessa forma, elas foram atingidas pelo ciclo repressivo desencadeado pelo Ato Institucional número 5, editado em 13 de dezembro de 1968, cujo principal alvo foi representado pelas organizações clandestinas.⁷

Assim, elas ajudaram a compor a segunda geração de exilados brasileiros, que começou a deixar o país após 1968. Em um primeiro momento, esta geração se concentrou no Chile, porém o golpe de 1973 forçou esse contingente a migrar com direção à Europa, especialmente a França. As transformações políticas dessa geração ao longo do exílio são apontadas por diversos estudos.⁸ O feminismo é destacado como uma das transformações mais significativas entre as aquelas registradas entre os exilados brasileiros pela ditadura militar, que também assumiram a defesa da democracia, dos direitos humanos entre outras reivindicações.

O presente artigo visa contribuir com o debate acerca da relação entre o exílio e as transformações políticas da esquerda brasileira, atribuindo destaque à análise do feminismo. Para tanto, destacamos o caráter transnacional assumido pelo jogo político no exílio, visando compreender a sua influência na metamorfose política comumente registrada entre exilados. Segundo Roninger, com o transnacionalismo, o jogo político assumiu uma estrutura quádrupla, na qual além de interagir com o Estado de acolhida e o Estado de origem, o exilado é levado a interagir com a esfera transnacional. A análise das fontes primárias feitas por esta pesquisa⁹ aponta que mobilizações realizadas pelas exiladas brasileiras foram marcadas pelos efeitos do transnacionalismo, que, ao facilitar o intercâmbio entre atores não-estatais de diferentes origens

nacionais, facilita a universalização e rápida transmissão de ideias e valores.¹⁰

Visando compreender as influências do transnacionalismo nos repertórios de ação e reivindicações políticas das militantes brasileiras, o presente artigo propõe uma análise das mobilizações políticas das mulheres brasileiras exiladas tendo como base teórica as propostas teóricas de Doug McAdam e Ronnelle Paulsen sobre as redes de militância e a *teoria do confronto* proposta por Charles Tilly e Sidney Tarrow. Segundo Ângela Alonso, a teoria se torna “um convite à análise empírica de contextos históricos particulares”.¹¹ Para tanto, a pesquisa apresentada neste artigo parte da análise de uma documentação de origem diversa, selecionada em arquivos do Brasil, do Chile e da França. Entre elas, merece destaque os periódicos criados pelos exilados brasileiros no exílio, bem como as obras de memória publicadas por ex-exiladas.

Dessa forma, a pesquisa se concentra na análise de atuação das brasileiras dois contextos distintos. Em um primeiro momento, aborda a atuação das brasileiras que chegaram ao Chile entre 1968 – quando foi promulgado o AI-5 – e 1973 – o ano do golpe que depôs Salvador Allende. Por fim, a pesquisa se concentra na França entre 1973 e 1979, ano no qual foi aprovada a lei da anistia que permitiu a volta dos exilados brasileiros.

2. As exiladas brasileiras e a defesa do socialismo no Chile

A segunda geração de exilados brasileiros se concentrou no Chile, sobretudo após a vitória de Salvador Allende da Unidade Popular (UP), eleito democraticamente em 1970. Com a proposta de possibilitar a implantação do socialismo pelas vias democráticas, Allende efetivou medidas sociais que tiveram grande impacto. Entre elas, merecem

destaque a nacionalização da exploração do cobre, a reforma agrária e a incorporação pelo Estado de uma parcela relevante do setor bancário e da indústria manufatureira.¹² Seu principal objetivo era alcançar a independência econômica do país. Tais medidas fizeram com que o período se tornasse conhecido como “a experiência socialista de Allende” ou, simplesmente, “a experiência chilena”.

O fato do seu governo ter buscado respeitar as instituições representativas do Estado, tais como “o Executivo, o Parlamento, o Poder Judiciário, a Contraloría Geral da República, o corpo de oficiais das Forças Armadas etc”,¹³ não impediu a reação da população mais abastada e de setores internacionais. Contrariados principalmente no tocante às expropriações, os setores dominantes da economia chilena se organizaram para sabotar o projeto da UP, com boicotes efetuados nos planos externo e interno.¹⁴ Como consequência dessas ações, uma série de conflitos, greves e crises de abastecimento passaram a acometer o país que era visto por parte da esquerda como uma vitoriosa experiência de implantação do socialismo pelas vias democráticas. Dessa forma, podemos considerar que o regime chileno no período era uma democracia com baixa capacidade estatal.¹⁵

A gravidade do quadro interno direcionou a esquerda chilena para os conflitos nacionais. Porém, isso não impediu que ela demonstrasse solidariedade com processos revolucionários armados de outros países, com destaque para Cuba. Assim, centenas de militantes de esquerda de região forçados a deixar os seus países de origem pela instalação de regimes autoritários – tais como Brasil, o Uruguai, a Argentina, entre outros –, se viram motivados a buscar asilo em seu país. Havia, portanto, um quadro favorável para a defesa de temas como o socialismo e o uso da força armada.

Nesse contexto, a segunda geração de exilados brasileiros procurou fazer do exílio no Chile uma continuidade da luta travada em

solo nacional. Enquanto esperavam ou se organizavam para um eventual retorno ao país, os exilados procuraram fazer no Chile extensões das estruturas das organizações clandestinas, esperando dessa forma incluir os exilados no combate contra a ditadura militar brasileira. Sendo assim, o exílio dos militantes brasileiros no Chile ficou marcado pelo surgimento das “sessões exteriores” de diversas organizações de esquerda.¹⁶ As mulheres faziam parte dessas organizações, mas tal como ocorria no Brasil, no Chile as organizações não discutiram a condição feminina. O foco era atribuído ao combate à ditadura e à defesa da revolução socialista.

No entanto, a militância dos exilados no Chile não se limitou às ações realizadas no âmbito das organizações clandestinas brasileiras. Na ânsia de participar mais da “experiência chilena” e diante das divisões das organizações brasileiras no exterior, muitos brasileiros se uniram a movimentos esquerdistas chilenos. Assim, fica claro que com a migração forçada, os intercâmbios cooperativos entre atores de diferentes nacionalidades independem dos meios mais avançados de comunicação. Portanto, o exílio é por natureza um jogo político multidimensional.

Com as possibilidades de atuação limitadas pela condição exilar - que afasta os militantes do contexto no qual está habituado a atuar e adiciona uma série de restrições em virtude da não-cidadania em um país estrangeiro -, as redes se tornam fundamentais para os exilados. Segundo McAdam e R. Paulsen, as redes de ativismo conseguem mobilizar em casos de altos custos para a mobilização.¹⁷ Por isso, no exílio, elas se tornam ainda mais fundamentais, pois, além de mobilizar recursos e reafirmar a identidade militante, elas desempenham o papel de remover barreiras impostas à mobilização.

Porém, no Chile, diante da crise interna e em um período que antecede o avanço da globalização e do transnacionalismo, os recursos disponibilizados pelas redes se voltaram para o quadro interno. Dessa

forma, nessa fase, o exílio brasileiro foi mantido em uma estrutura tríplice, composta pelo Brasil, o Chile e os exilados brasileiros. Segundo Luis Roniger, nessa configuração, os projetos políticos dos exilados interagem com os interesses dos países de acolhida e do país expulsor.¹⁸

Para a esquerda chilena, interessava integrar os brasileiros em suas atividades locais. Assim, a orientação marxista dos exilados brasileiros incentivou a integração destes em trabalhos voluntários nas comunidades operárias chilenas, inclusive as mulheres. Muitos brasileiros se envolveram nesses trabalhos voluntários, sobretudo aqueles que uma rede com o Movimento de Ação Popular Unitário (MAPU). Após a difusão de uma nova versão do maoísmo pela “revolução cultural chinesa” de 1966, vários grupos políticos com bases cristãs na América Latina, tais como a Ação Popular (AP) e o MAPU, adotaram uma linha de pensamento marxista-leninista.¹⁹ Sendo assim, os militantes do MAPU passaram a acreditar que a integração com as comunidades deveria ser a base do movimento político e, portanto, ofereciam serviços relacionados às necessidades básicas da população, tais como escola, saúde e infraestrutura. A pesquisa indicou que o trabalho voluntário permitiu uma maior integração não apenas com a sociedade local e entre os próprios exilados, confirmando a importância das redes para o engajamento político.

Essa integração foi o principal incentivo para que as exiladas brasileiras assumissem a frente da primeira organização de mulheres brasileiras registradas durante o exílio. Segundo Zuleika Alembert, militante do PCB, a convocação para o trabalho voluntário na construção de uma escola, ao mobilizar cerca de 200 mulheres, foi o primeiro incentivo para que ela tivesse a ideia de organizar o “Comitê das mulheres brasileiras no exterior”. O comitê foi fundado em 1973 no Chile com o objetivo de agrupar politicamente as brasileiras exiladas.²⁰

Foi a primeira iniciativa desenvolvida pelas mulheres exiladas com esse objetivo. No entanto, de acordo com Joana Maria Pedro, as discussões do grupo não eram voltadas para questões feministas,²¹ mas sim para a participação política das mulheres junto aos grupos políticos no exílio.²² Segundo Zuleika, a atenção foi destinada a estas questões muito em função do contexto chileno, que mobilizou a maior parte da comunidade exilada. De qualquer forma, o comitê contou com a filiação de cerca de 250 mulheres, que procuravam atuar nas manifestações políticas, nas juntas de abastecimento, nos trabalhos voluntários e em diversas outras frentes de ação da esquerda chilena.

Entretanto, a participação nessas atividades não ficou restrita aos militantes brasileiros da AP e às mulheres exiladas. Militantes ligados aos grupos armados também participaram das ações junto a comunidades. Alguns deles participaram dessas ações não de forma voluntária, mas no âmbito do governo Allende que ofereceu tratamento diferenciado para os 70 banidos que chegaram no Chile em 1970.²³

Convém destacar ainda a vinculação de mulheres militantes dos grupos armados brasileiros com o Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), um movimento armado revolucionário chileno. No Brasil, a vinculação com grupos armados garantia para as mulheres o sentimento de igualdade de gênero. Como eram militantes nas organizações armadas ao lado dos homens, muitas mulheres não sentiam prejuízo pelo gênero, haja vista que apenas o fato de participarem da luta armada já significava uma “transgressão ao que era designado como próprio do sexo feminino”.²⁴

Nada mais natural que as mulheres exiladas buscassem manter esse comportamento transgressivo. No exílio, assim como no Brasil, a manutenção dessa forma de atuação poderia contribuir para que as mulheres alcançassem os sentimentos de eficácia, credibilidade, valorização e “dever cumprido” que a participação política proporciona,

segundo Dominique Memmi.²⁵ Em geral, a cultura patriarcal atribui pouca eficácia e credibilidade à mulher, mesmo nos seus papéis tradicionais. Portanto, ao militar no exílio, as exiladas sentiam que estavam mantendo a posição de igualdade que acreditavam ter conquistado ao ingressar na luta armada no Brasil.

Assim como na atuação junto às comunidades operárias chilenas, nas ações armadas, as mulheres interagiam com os interesses dos grupos chilenos. O MIR agiu ativamente em favor do governo da UP, embora o governo Allende tenha tido enfrentamentos com os integrantes mais radicais do movimento. Após o agravamento da situação política e econômica do país causado pelos boicotes às medidas populares de Allende, o movimento desempenhou um importante papel em favor de Salvador Allende.

As brasileiras que se vincularam ao MIR participaram das diversas atividades desempenhadas pelos movimentos, das quais destacamos as “Juntas de abastecimiento y preços”. Através do trabalho voluntário de militantes e simpatizantes do governo, procurava regular a distribuição de mercadorias e controlar os altos preços causados pela emergência do “mercado negro”. Entre as brasileiras vinculados ao MIR que participaram dessas atividades, podemos destacar a mato-grossense Jane Vanini, militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e, posteriormente, do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO). Em uma carta enviada ao pai na qual assina como Ana, Jane se orgulha da participação em tais atividades.

Hoje volto a carga e, como fiz um montão de coisas além do normal, participei de trabalhos voluntários, conversei com o povo, reparti e vendi alimentos a preço oficial, combatendo assim o mercado negro de alimentos e uma série de novas experiências. [...] E eu quero ser de vanguarda também no trabalho como na trincheira se for o caso.²⁶

O relato de Jane deixa claro que as suas possibilidades de dar continuidade à militância eram determinadas pelo contexto local e evidencia a sua satisfação ao alcançar com o trabalho voluntário no Chile os sentimentos de eficácia e credibilidade apontados por MEMMI como incentivos à militância.²⁷ Ao mesmo tempo, ela indica que mantinha a disposição para a luta armada no país. Decidida a contribuir com o sucesso da Revolução Socialista, no exílio, Jane optou pela continuidade da clandestinidade e da militância armada. Assim, participou ativamente dos movimentos de resistência organizados pelo MIR e adotou diversos “condinomes”.

Dessa forma, independente das restrições impostas à militância, Jane demonstra estar disposta a se adaptar ao contexto para dar continuidade à atuação política, visando manter a sua identidade militante. A identidade militante muitas vezes é a única que o exilado pode carregar consigo quando deixa o seu país de origem. Obrigado a deixar o seu emprego, a sua profissão, e muitas vezes, a sua família, o exilado comumente não consegue identificar quem ele é, sem que seja afirmando o posicionamento político que lhe impôs a condição de exilado. O depoimento de uma exilada que se identifica como Maricota da Silva, publicado na coletânea *Memórias de mulheres no exílio* (1980), deixa claro a angústia que leva os exilados a buscarem desesperadamente a confirmação da sua identidade através da militância política:

Porque enquanto no Brasil eu tinha um nome, que quando eu peço a você que não ponha meu nome não é só por não querer mais confusão nenhuma, nenhuma nunca mais na vida, mas é porque eu não *sou* mais, eu não *sou* mais, eu não tenho mais um nome, tenho que me refazer um nome, o que estou tentando agora é refazer um nome [...]; mas que eu volte a existir... que possa dizer as pessoas [...] que me perguntem, enfim, sobre as coisas que estou fazendo, que saibam que estou fazendo coisas, que estou realizando, que estou produzindo.²⁸

Portanto, “a militância pode ser uma estratégia de afirmação de identidade”.²⁹ Entretanto, notamos através dos depoimentos que a necessidade desta afirmação é mais urgente para os exilados do que para os militantes em território nacional. De forma particular, para as mulheres exiladas, a identidade militante parece ser fundamental, uma vez que para elas, os custos advindos da escolha pela militância são sempre maiores em função da condição de gênero e se fazem ainda mais notáveis no exílio. Ao aproximar-se da comunidade pela ditadura militar através do engajamento motivado pela oposição à ditadura militar, redes foram fortalecidas e parte das atividades que faziam parte do seu cotidiano no Brasil foram retomadas.

O MIR ofereceu às brasileiras a possibilidade de dar continuidade à atuação política no exílio. De acordo com Regina Beatriz Guimarães Neto e Maria do Socorro Araújo, diante do agravamento da situação política do país, o MIR procurou organizar a resistência às tentativas de golpe que o governo da UP passou a sofrer. Dessa forma, contrariou a posição de Allende que, no intento de continuar baseando o seu governo na legalidade democrática, recusou a formação de um exército revolucionário para defender o seu governo. O MIR procurou formar “redes de resistência”, que contaram com a participação de alguns estrangeiros, inclusive parte das militantes brasileiras, que se animaram principalmente pela ideia de que a Revolução deveria ser vitoriosa em toda a América Latina.³⁰

Na carta enviada à sua família em Cáceres, no interior de Mato Grosso, ainda assinando como Ana, Jane Vanini explica parte das tensões pelas quais passava e qual era a sua participação nas redes de resistência organizadas pelo MIR, já na iminência do golpe contra Allende.

Eu também fico de guarda todas as noites. Algumas, não durmo nada. Conversando com os companheiros, conhecendo coisas, etc. Ontem, quando comecei a escrever esta carta, estava de guarda (...). Ontem estive

com o Sérgio fazendo guarda no mesmo lugar: canal 9 de televisão. Era uma das noites mais críticas. Havia boatos de sublevação do exército com todos os matizes possíveis e inimagináveis. Alguns afirmam de “pé junto” que os milicos já vinham avançando sobre Santiago, etc.³¹

A carta indica o interesse de Jane Vanini em continuar engajada na luta através do engajamento em grupos políticos chilenos. A postura de Jane e mesmo do “Comitê de mulheres brasileiras no exílio” nos indicam que as exiladas brasileiras, assim como os homens, continuavam tendo como foco o projeto revolucionário, incentivados pelo contexto chileno. Porém, a sua predisposição para a militância foi direcionada para os objetivos dos grupos políticos locais.

Dessa forma, podemos perceber que durante o exílio no Chile, o feminismo não foi incluído entre os temas a serem debatidos, nem pelos grupos armados brasileiros que buscaram dar continuidade às suas atividades no exterior, e tão pouco pelos grupos políticos chilenos aos quais as brasileiras se vincularam. Assim, podemos perceber que o objetivo das mulheres assim como dos demais militantes brasileiros em lutar pela revolução socialista foi utilizado em favor dos interesses dos movimentos políticos locais, mantendo as brasileiras em uma estrutura tríplice. Nesse quadro, não houve espaço para o surgimento de causas feministas. Na Europa, um quadro diferente permitiu a renovação das causas defendidas pelas exiladas brasileiras.

3. O movimento feminista francês e a renovação da esquerda brasileira exilada

Durante a década de 1970, a França apresentava quadro político e social totalmente distinto daquele então vivenciado pelos países latino-americanos. O período é marcado pelo auge do *Welfare State* e pelo fortalecimento da democracia no país, nos permitindo considerá-lo enquanto uma democracia com forte capacidade, em virtude da garantia direitos políticos e liberdades civis aos seus cidadãos. Diante da

comoção internacional causada pela violência do golpe de 1973, o país se tornou o principal receptor dos refugiados provenientes da América Latina.

Por outro lado, o quadro político francês de então é marcado pela transformação pela qual a esquerda francesa passava. Tal transformação é resultado de um processo de autocritica após a derrota do movimento de maio de 1968 nas urnas. A “esquerda alternativa” emergiu como resultado dessa reflexão autocrítica e diferente da “*gauche proletaire*” que a antecedeu, foi guiada pela “valorização do cotidiano, do indivíduo, das relações pessoais, a valorização dos sentimentos e das emoções”.³²

A igualdade de gênero se encontra entre as novas reivindicações que se baseavam na valorização do indivíduo, assim como a democracia.³³ O movimento feminista francês se fortaleceu ao apontar que necessidade de reconhecer a individualidade de cada mulher e conectá-la com a luta coletiva em favor de uma sociedade mais igualitária.³⁴ O movimento feminista, assim como outros novos movimentos sensibilizados pelos relatos da violência implantada pelos militares no Chile, participou da rede de solidariedade que a sociedade civil europeia organizou para receber os refugiados.

O movimento feminista francês da década de 1970 foi ancorado na nova esquerda e nessa redefinição teórico-prática pela qual ela passou no início dessa década. De acordo com Florence Rochefort, em realidade, o movimento das mulheres na década de 1970 constituiu uma “segunda onda feminista” do século XX na França, pois já havia ocorrido uma “primeira onda” entre a Belle Époque e a Segunda Guerra Mundial.³⁵

Muito embora a divisão da trajetória do movimento em ondas possa prejudicar a compreensão da pluralidade e diversidade registrada entre as feministas, tal método de análise nos permite compreender as

reivindicações que tiveram maior ressonância em diferentes momentos e contextos. Segundo Rochefort, durante a primeira onda, o foco do movimento era a reforma das instituições políticas. Interessava sobretudo a igualdade de gêneros perante a lei. Assim, o sufrágio universal e a inserção da mulher no mercado do trabalho figuram entre as principais reivindicações dessa primeira onda.³⁶

A “segunda onda” teve início na década de 1960, por influência da obra *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir (1949), e ganhou força após 1968 com reivindicações que iam além da reforma das instituições. O ressurgimento do movimento foi, de certa forma, uma consequência de maio de 1968, mas, ao mesmo tempo, travou grandes embates com a esquerda francesa. De qualquer forma, ao afirmar que “o privado é político”, o movimento contribuiu para indicar para a nova esquerda o caminho em defesa da subjetividade.³⁷ A força e a amplitude do movimento feminista francês foram extraordinárias, o que ficou demonstrado com a legalização do aborto em 1975 e a sua influência sobre mulheres de outros países que se encontravam na França.

Dessa forma, o caráter transnacional do movimento feminista francês se torna evidente. Ao oferecer solidariedade às latino-americanas refugiadas na França, o movimento possuía objetivos mais amplos, assim como outras organizações e movimentos solidários que passaram a emergir nesse momento.³⁸ Interessava às feministas francesas alcançar militantes de outros países para assim, possibilitar uma transformação social com proporções mundiais.

A luta feminista se baseia na solidariedade de gênero, portanto, deve transcender as identidades nacionais. Seu combate é contra as instituições e o caráter machista assumido pelas políticas estatais na área da saúde, educação, social, entre outros. Mas é um movimento que, sobretudo após a sua segunda onda, também passou a visar a transformação de práticas sociais de atores não-estatais. Diante disso,

além de almejar conquistas na área das políticas públicas, objetiva alcançar uma verdadeira transformação social que garanta a ampliação da cidadania da mulher. Sua luta apenas tem sentido ao transcender as fronteiras, uma vez que anseia pela disseminação de valores e ideias. Sendo assim, consideramos o movimento feminista um caso exemplar de movimento social transnacional, pois conecta atores não-estatais de diferentes nacionalidades visando causar transformações sociais em diferentes localidades.

Para tanto, o movimento feminista atua em redes de militância que assumem um caráter transnacional ao conectar atores de diferentes nacionalidades. Os avanços tecnológicos alcançados durante os séculos XX favoreceram a emergência e fortalecimento de movimentos transnacionais, que, através desses novos meios de comunicação, atuam por meio de redes globais que conseguem driblar parcialmente o controle do Estado. Dessa forma, a estrutura de oportunidades políticas – entendidas enquanto as restrições e oportunidades para a ação – que influenciada primeiramente pelo regime – uma vez que é ele que determina as regras internas do “jogo”³⁹ - é ampliada pelo transnacionalismo.

Porém, se na era que antecedeu o fortalecimento dos movimentos transnacionais esse jogo tinha uma estrutura tríplice, com a entrada desses movimentos no jogo político do exílio, a sua estrutura sofreu uma transformação básica e a passou a ser quádrupla, segundo Roninger.⁴⁰ Assim, os exilados se inserem em redes transnacionais de militância, somando uma outra dimensão ao jogo político no qual se inserem no exílio. Essa interação não apenas amplia as ações dos exilados, como também, exerce influência sob as suas reivindicações e formas de organização.

O relato de Zuleika Alambert, organizadora do “Comitê de mulheres brasileiras no exterior” – também chamado “Comitê de

mulheres brasileiras no Chile” –, deixa clara que a interação. O grupo no Chile durou pouco tempo devido ao golpe, porém, para a militante, ele teve pouca importância no debate sobre a questão feminina enquanto existiu, conforme já destacado. Zuleika partiu para a França após 1973 assim como centenas de exilados que ainda estavam na América do Sul e, apesar de ser ativa em “grupos de mulheres” mesmo antes da partida para o exílio, afirma que foi na Europa que sua militância política passou para uma ótica de fato feminista.

Aí começo a sentir a minha própria condição. Começo uma reavaliação de toda a minha trajetória. Porque comecei por um conhecimento político, não sabendo interpretar muito bem as dificuldades que encontrava nesta trajetória, as razões destas dificuldades. Com a minha chegada à Europa, começo a perceber, pelos debates que então se travam, que há alguma coisa que me tinha sido levada até então. Eu só vim a me dar conta disso realmente na Europa!⁴¹

De acordo com Zuleika, os grupos nos quais atuou no Brasil e no Chile não discutiam a condição feminina na sociedade, tampouco questões como o aborto e os métodos contraceptivos. No Brasil eram grupos que procuravam integrar as mulheres no mercado de trabalho, enquanto no Chile a militância era totalmente vinculada às ações e concepções das organizações armadas. Na França, isso mudou, segundo os relatos das muitas ex-exiladas.⁴² Nos relatos, especial importância é atribuída à Europa, em particular à França, na tomada de consciência sobre estas questões.

Muitas exiladas, tais como uma exilada que se identificou apenas Ana Maria na coletânea de memórias *Memória de mulheres no exílio* (1980), destacam o quanto as obras de Simone de Beauvoir marcaram as suas trajetórias políticas.⁴³ Beauvoir, além de ter sido uma das intelectuais precursoras do movimento feminista, foi uma das personalidades francesas solidárias às lutas dos exilados brasileiros na França. O seu contato com a comunidade brasileira exilada, bem como o alcance das

suas obras e de outras feministas, além do próprio contato com as ações do movimento feminista francês, parece ter sido fundamental para que as brasileiras tomassem um novo posicionamento.

Esse novo posicionamento partia da reflexão acerca dos prejuízos impostos pela sociedade às mulheres. Segundo Cristina Wolff, antes do exílio a condição feminina não era debatida em si.⁴⁴ Após o exílio muitas delas passaram a se dar conta de que a convivência com o companheiro da organização armada era baseada em uma “cultura machista”, haja vista que mesmo entre casais de militantes, as tarefas domésticas ainda eram destinadas à mulher. Também chegaram à conclusão de que a própria estrutura das organizações armadas privilegiava os homens, que recebiam as tarefas e os cargos mais importantes. Foi a partir dos debates possibilitados pelas redes nas quais se inseriram no exílio que as exiladas perceberam a condição submissa imposta às mulheres na sociedade, e de como essa condição as atingia, mesmo enquanto militantes de organizações de esquerda.⁴⁵

Como resultado desse reposicionamento, surgiram as primeiras organizações feministas de brasileiras. Entre os primeiros grupos, destacamos o grupo responsável pelo periódico “Nosotras”. O grupo era organizado por Danda Padro, filha de Caio Padro Júnior, exilada em 1970 na França após a prisão do seu pai. Após ver alguns cartazes que divulgavam reuniões de grupos feministas franceses, procurou estabelecer contato com o movimento e, através desse contato, conheceu Simone de Beauvoir. Influenciada pelo movimento feminista francês, Danda Padro procurou reunir quinzenalmente mulheres brasileiras e latino-americanas no subsolo de um café parisiense.⁴⁶

As discussões do grupo animavam o periódico “Nosotras”, publicado em português a partir de janeiro de 1974, e organizado por Danda Padro, Mariza Figueiredo e Clélia Piza. A influência e a conexão com o movimento feminista francês se tornaram evidentes através das

referências aos textos e das ações com o movimento francês. Além da conexão com as militantes francesas, o grupo procurou manter uma ampla rede internacional de contatos feministas. Segundo Joana Maria Pedro, a edição de periódicos feministas com nomes semelhantes em diversos países a partir da década de 1970, tais como Itália e Brasil, demonstra que o grupo obteve sucesso na busca por uma solidariedade internacional.⁴⁷

Assim, as redes transnacionais se tornaram o principal incentivo para que muitas brasileiras aderissem ao movimento feminista. Porém, é importante destacar que, até 1975, as brasileiras que aderiram ao movimento possuíam um elevado nível intelectual e haviam sido influenciadas pelas produções intelectuais feministas, tanto europeias quanto norte-americanas.⁴⁸

Entretanto, a partir de 1975, o perfil das brasileiras adeptas do feminismo mudou drasticamente com a adesão das militantes dos grupos de esquerda armados. Muitas delas haviam acabado de chegar à França após o golpe no Chile; assim, se viram inseridas em outras redes e em outro contexto que as colocaram em contato com o movimento feminista europeu. De acordo com a ex-exilada Ângela Xavier de Britto, as mulheres se inseriram na sociedade francesa mais rapidamente do que os homens. Segundo a ex-militante, os homens apenas se ocupavam das atividades políticas, enquanto as mulheres procuravam também trabalhar, manter a casa, o que permitiu que a socialização delas fosse mais rápida.⁴⁹ Além disso, em 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu que aquele seria o “ano internacional da mulher” e o início da década da mulher, o que incentivou sobremaneira a adesão ao movimento feminista pelas brasileiras.⁵⁰

O “Círculo das mulheres brasileiras em Paris” foi a primeira grande expressão dessa nova etapa vivenciada pelas exiladas brasileiras. Foi criado por militantes do grupo *Campanha* entre 1975 e 1976 e

também contou com a participação de militantes do Movimento Revolucionário 08 de outubro (MR-8) e do PCB.⁵¹ Não tinha, portanto, vinculação com o grupo de Danda Padro. Entretanto, assim como *Nosotras*, o círculo desde a sua apresentação enquanto grupo a vários outros periódicos da esquerda procurou destacar essa vinculação internacional.

Somos um grupo de mulheres brasileiras vivendo na França que, sensibilizadas pelo movimento feminista internacional, resolveram reunir-se para debater, aprofundar e tomar uma real consciência da opressão específica que sofre a mulher nessa sociedade. Opressão essa que aparece não só na perpetuação dos “nobres” papéis que nos foram atribuídos — doméstica/esposa/mãe; mas no conjunto de nossas atividades e na nossa personalidade.⁵²

O grupo realizava reuniões mensais na Maison du Brésil⁵³ e publicava um periódico intitulado *Agora é que são elas*, lançado em 1975. Embora o Círculo tivesse como proposta debater questões sobre a emancipação da mulher e a manutenção da autonomia dos demais agrupamentos políticos da esquerda, a sua atuação foi muito mais voltada para a defesa da anistia e a denúncia dos crimes cometidos pela ditadura.⁵⁴ Segundo o relato de uma das fundadoras do Círculo, Regina de Carvalho, publicado no informativo do Comitê Brasil pela Anistia do Rio de Janeiro, a luta das mulheres não podia se desvincular da luta de classes: “continuo pensando que a libertação da mulher só se dará dentro da luta geral de todos os oprimidos e explorados por uma nova sociedade”.⁵⁵

Em realidade, a vinculação da luta pela libertação da mulher com a luta de classes se alinha ao pensamento de Simone de Beauvoir, a principal influência do feminismo francês no período. Em uma entrevista, Beauvoir afirmou: “Eu sempre manterei esta fórmula, ou seja, que, individualmente, podemos tentar superar os constrangimentos econômicos que pesam contra as mulheres, podemos tentar ter uma

profissão, trabalhar fora, construir uma carreira”.⁵⁶ Porém, isso não impediu que parte da esquerda enxergasse no feminismo um obstáculo para a luta de classes. Diante disso, muitas pautas feministas foram colocadas em segundo plano por grupos de esquerda.

Esse posicionamento e o silêncio nos informativos oficiais do Comitê sobre as críticas às discriminações sexuais que os próprios grupos armados faziam, foi o preço que o Comitê pagou pelo apoio do *Front Brésilien d'Informations* e do grupo *Campanha*.⁵⁷ O posicionamento dos dois informativos organizados por exilados demonstra o combate travado no exílio entre as feministas e os homens exilados. Baseados em uma interpretação particular do marxismo, argumentavam que era necessário dar prioridade à defesa das causas operárias não as novas reivindicações propostas pelo feminismo. Esse preço não foi pago pelo grupo *Nosotras*, que rompeu com o *Front* ao se recusar a deixar temas como o aborto, o divórcio e contracepção em segundo plano, em benefício das plataformas de ação dos demais agrupamentos dos exilados. Como resposta, sofreu boicotes e ameaças que resultaram na diminuição do número de participantes do grupo.⁵⁸ Segundo Céli Pinto, a adesão das mulheres ao movimento feminista foi vista com desconfiança pelos homens exilados:

O ideário feminista foi visto com grande desconfiança pelos seus companheiros homens. À esquerda exilada marxista e masculina via no feminismo uma dupla ameaça: A unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais.⁵⁹

Esse posicionamento evidencia que se para os exilados restrições adicionais à militância são impostas em comparação ao cidadão nacional, para as mulheres tais restrições são ainda maiores. Além das restrições impostas pela condição exilar e pelo regime político

do país acolhedor, a mulher exilada deve enfrentar as restrições impostas pela sociedade e seus compatriotas, incluindo a sua família no exílio.

Nesse sentido, devemos concordar com McAdam e Paulsen ao chamarem a atenção para o fato de que as redes interpessoais não levam o indivíduo invariavelmente para a militância. Segundo os referidos autores, as redes tanto podem incentivar o ativismo, como desencorajá-lo, haja vista que a identidade militante é apenas uma das identidades do indivíduo, e que existem outras redes ligadas à ele além da rede militante.⁶⁰ Portanto, as outras ligações pessoais podem influenciar o indivíduo a se manter inativo politicamente durante o exílio.

Como na sociedade patriarcal capitalista à mulher é reservada os papéis de mãe e esposa, as suas ações são vistas apenas como “auxiliares” ao papel a ser desempenhado pelo seu companheiro enquanto “chefe da família”. Assim, por exemplo, se trabalha, a renda da mulher deve ser apenas “auxiliar” ou “complementar”, o que justificaria a desigualdade ainda registrada nos salários no Brasil. A pesquisa demonstra que essa postura se reflete nos meios militantes. A atuação política que não tenha como prioridade oferecer auxílio para o papel político a ser desempenhado pelo companheiro, pode ser desencorajada pela rede familiar e inclusive pela rede militante. Portanto, para a exilada, o custo adicional para a atuação política imposto à mulher em qualquer sociedade patriarcal se torna evidente. Para algumas delas, a militância no exílio, quando voltada para as causas feministas, contribuiu para afastá-la de parte do meio social, cultural e afetivo que ajudavam a compor a sua identidade e a constituir o seu referencial habitual da vida.

Os boicotes não impediram o avanço do feminismo entre as brasileiras, muito embora pareça claro que o fortalecimento de reivindicações bem-sucedidas do movimento feminista francês ainda durante a década de 1970, tais como a legalização do aborto, tenha ocorrido apenas recentemente no Brasil. Na volta do exílio, questões

como a desigualdade e o fortalecimento da cidadania em uma democracia em construção se mostraram mais urgentes para os movimentos sociais.

De qualquer forma, a persistência das exiladas brasileiras demonstra que por mais restrita que seja a estrutura de oportunidades, a possibilidade de militância pode não ser totalmente aniquilada, sobretudo em uma sociedade transnacional. As restrições adicionais estabelecidas pelos compatriotas exilados foram parcialmente superadas pelas redes transnacionais estabelecidas no exílio. As redes transnacionais, ao adicionar uma quarta dimensão ao jogo político no exílio, ampliaram a estrutura de oportunidades políticas para as exiladas, possibilitando que as brasileiras retornassem ao Brasil determinadas a ajudar a construir um novo momento para o feminismo no país.

Portanto, os contatos que os grupos estabeleceram com o Brasil foram imprescindíveis para que o feminismo se fortalecesse no Brasil, expandindo dessa forma, o alcance da influência internacional do movimento feminista francês. Como resultado da circulação internacional de militantes, que trouxeram ao Brasil novas leituras e novas experiências, em 1975 começaram a emergir diversos grupos feministas nas principais capitais brasileiras.⁶¹ Para Regina de Carvalho, esse contato foi um dos diferenciais dos movimentos feministas de exiladas em Paris.⁶²

Considerações finais

Em conclusão, podemos afirmar que o contexto no qual estavam inseridas, bem como os intercâmbios cooperativos realizados entre as exiladas brasileiras e as organizações políticas e civis durante o exílio, foram determinantes para a militância das mulheres brasileiras no exílio. Sendo assim, pudemos observar que as mobilizações políticas

assumidas pelas brasileiras exiladas, assumiram formas totalmente distintas no Chile e na França.

Com efeito, pudemos observar que no Chile suas ações estiveram voltadas para continuidade da defesa da revolução socialista no Brasil e para as próprias questões chilenas. A documentação indica que isso foi resultado da influência do contexto chileno, marcado pela defesa do projeto socialista, bem como das organizações armadas brasileiras ainda existentes no exílio e das próprias as vinculações estabelecidas com os grupos políticos chilenos. Muito embora as mulheres tenham se organizado pela primeira vez no exílio através da criação do “comitê das mulheres brasileiras no exterior”, o feminismo e questões ligadas à condição feminina ainda não era uma causa defendida pelas militantes brasileiras exiladas no Chile.

Esse quadro se modificou na França, onde as brasileiras receberam o apoio o movimento feminista francês. A pesquisa documental comprovou que essa rede de solidariedade as incentivou a aderir ao feminismo. Entretanto, é importante destacar que os grupos influenciados pelo feminismo compreenderam a luta pela igualdade sexual enquanto “parte de uma luta maior”. Isto é, além de reivindicar o direito a creches, a salários mais justos, entre outros, as exiladas continuaram a lutar pela anistia e outras causas defendidas pelo restante da esquerda exilada. Essa “adaptação” é resultado das restrições impostas pela própria esquerda exilada à militância feminista. Contudo, as redes transnacionais ofereceram os canais que possibilitaram que parte das mulheres brasileiras se engajasse em favor das reivindicações então priorizadas pela esquerda francesa.

De qualquer forma, percebe-se a partir da análise da adesão da esquerda brasileira exilada ao feminismo, que a esquerda passou a se voltar para a luta por direitos individuais, tais como o direito ao passaporte, o registro dos filhos e os direitos das mulheres. Fica claro

dessa forma, que embora muitos militantes procurassem vincular estas lutas às lutas de classe, gradualmente passaram a dar atenção às lutas por direitos individuais, que encontravam força no discurso em favor dos direitos humanos.

Portanto, além da renovarem as suas formas de atuação política ao abandonarem a luta armada, a segunda geração de exilados brasileiros no exterior também inseriu uma série de novos temas aos seus combates políticos, dentre os quais merece destaque o feminismo.

Entretanto, não se deve atribuir totalmente aos exilados brasileiros as renovações pelas quais a esquerda brasileira passou, e tampouco o sucesso de algumas das causas que eles passaram a defender. De qualquer maneira, apesar do alcance limitado de suas ações, é inegável o papel do exílio no fortalecimento do feminismo entre as militantes de esquerda no Brasil, confirmando que o jogo político não é interrompido com o exílio. Para os estudos sobre as migrações forçadas, o fortalecimento do feminismo entre as exiladas brasileiras evidencia o dinamismo do jogo político no exílio.

Notas

*Doutora e Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: teresa.marques@puers.br

¹ Cabe ressaltar que classificação de regimes proposta por Tilly e Tarrow analisa a *capacidade* (entendida enquanto a possibilidade que o regime tem em fazer suas ações terem impacto sobre a população) e o nível democrático. Para calcular o nível da democracia, parte do índice *Freedom House*, que avalia duas dimensões: direitos políticos e liberdades civis. Nesse caso, o regime demonstrou forte capacidade em fazer com que a população sentisse a ação do Estado do ponto de vista econômico, mas autoritário quanto à garantia dos direitos políticos e as liberdades civis. Cf. TILLY, C.; TARROW, S. **Politique(s) du conflit**: de la grève à la révolution. Paris: Presses de Sciences Po. 2008.

² ROLLEMBERG, D. **Exílio**: Entre raízes e rades. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 57.

³ RIDENTI, M. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993. p. 28.

-
- ⁴ REIS FILHO, D. A. Culture politique, démocratie et exil des brésiliens en France dans les années 1960 et 1970. In: SANTOS, I. M.-F.; ROLLAND, D. **L'exil brésilien en France: histoire et imaginaire**. Paris: L'Harmattan, 2008. p. 36.
- ⁵ MARQUES, T. C. S. M. **Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)**. Mestrado, ICHS-UFMT, Cuiabá, Brasil, 2006.
- ⁶ ROLLEMBERG, D. op. cit., p. 71.
- ⁷ *ibid.*, p. 51.
- ⁸ Diversos estudos destacam a questão da metamorfose política no exílio. Entre eles, vale a pena mencionar a obra de Denise Rollemberg, que parte de uma abordagem histórica e entende o exílio enquanto uma “experiência particular”. Ver: ROLLEMBERG, D. op. cit..
- ⁹ A pesquisa deu origem à tese: MARQUES, T.C.S. **Militância política e solidariedades transnacionais: a trajetória política dos exilados brasileiros no Chile e na França (1968 – 1979)**. Doutorado, IFCH-UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2011.
- ¹⁰ LAKE, D. The State and International Relations. In: REUS-SMIT, C.; SNIDAL, D. **The Oxford Handbook of International Relations**. Oxford: Oxford UP, 1998.
- ¹¹ ALONSO, Â. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Revista Sociologia & Antropologia**, vol. 02/03, 2012. pp. 21-41, p. 34.
- ¹² GUAZZELLI, C. A. B. **História Contemporânea da América Latina: 1960-1990**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. [2ª Ed.]
- ¹³ KALLÁS, A. L. **A paz social e a defesa da ordem: a Igreja Católica, o governo Allende e o golpe militar de 1973**. Mestrado, IFCS-UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil, 2008. p. 89.
- ¹⁴ *ibid.*, p. 98.
- ¹⁵ TILLY, C.; TARROW, S. **Politique(s) du conflit: de la grève à la révolution**. Paris: Presses de Sciences Po, 2008, p. 50.
- ¹⁶ MARQUES, T. C. S. op. cit.
- ¹⁷ McADAM, D.; PAULSEN, R. Specifying the relationship between social ties and activism. **American Journal of Sociology**, vol. 99, n° 3, 1993. pp. 640-667.
- ¹⁸ RONINGER, L. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, vol. 53, n° 1, 2010. pp. 95-96.
- ¹⁹ RIDENTI, M. O romantismo revolucionário da Ação popular: do cristianismo ao maoísmo. In: **Meeting of the Latin American Studies Association**. Chicago, 1998. p. 2.
- ²⁰ PRIMERA assemblea de las mujeres exiladas en el exterior. **Campanha**. Santiago, 1º marzo 1973, n. 06, p. 07. BDIC, Archives: FP 3278. Recueil: Campanha (Chili), p. 07.
- ²¹ PEDRO, J. M. Lectures Brésiliennes du féminisme français et mécanismes d'identification au Brésil. In: SANTOS, I. M.-F. dos; ROLLAND, D. (Dir.). **L'exil brésilien en France: Histoire et imaginaire**. Paris: L'Harmattan, 2008. p. 269.
- ²² Segundo **Campanha**, no dia 07 de março de 1973, o Comitê das mulheres brasileiras no exterior realizou um ato político em comemoração ao dia internacional da mulher. Segundo o periódico, o grupo procurou destacar as condições impostas às mulheres brasileiras pela ditadura militar. Sendo assim, podemos perceber que as ações desenvolvidas pelo comitê estavam mais voltadas para a oposição à ditadura brasileira e o apoio ao governo Allende do que ao feminismo em si. Cf.: COMITÉ de mujeres

brasileñas. **Campanha**. Santiago, 1º maio 1973, n. 08, p. 06. BDIC, Archives: FP 3278. Recueil: Campanha (Chili).

²³ Vale destacar que a chegada destes no Chile foi amplamente noticiada pela imprensa, em virtude de terem feito parte do maior grupo de presos libertados em favor da libertação de autoridades estrangeiras, no caso, do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, sequestrado no dia 7 de dezembro de 1970 pela ALN.

²⁴ MORAES, M. L. Q. de. O encontro marxismo-feminismo no Brasil. In: RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (Org.) **História do marxismo no Brasil**: partidos e movimentos após os anos 1960. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. p. 345.

²⁵ MEMMI, D. L'Engagement politique. In: GRAWITZ, M.; LECA, J. (Dir.). **Traité de Science Politique**. vol. 3. Paris: PUF, 1985. p. 318.

²⁶ CARTA de Jane Vanini com assinatura de Ana, de 06 de julho de 1973. Apud ARAÚJO, M. do S. de S. **Paixões políticas em tempos revolucionários**: no traço da militância, o percurso de Jane Vanini. Mestrado, ICHS-UFMT, Cuiabá, Brasil, 2002. p. 122.

²⁷ MEMMI, D. L'Engagement politique. In: GRAWITZ, M.; LECA, J. (Dir.). op. cit., p. 318.

²⁸ SILVA, M. da. Eu não cabia mais lá. In: COSTA, A. de O., et al. **Memórias de mulheres no exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. pp. 40-41.

²⁹ FILLIEULE, O. Post scriptum: Propositions por une analyse processuelle de l'engagement individuel. In: **Revue Française de Science Politique**, vol. 51, 2001. p. 206.

³⁰ GUIMARÃES NETO, R. B.; SOCORRO, M. do S. A. Cartas do Chile: os encantos revolucionários e a luta armada no tempo de Jane Vanini. In: GOMES, Â. M. de C. (Org.). **Escrita da História, escrita de si**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 352.

³¹ CARTA de Jane Vanini, datada em 31.10.72, com assinatura de Ana. Apud. GUIMARÃES NETO, R. B.; SOCORRO, M. do S. A. Cartas do Chile: os encantos revolucionários e a luta armada no tempo de Jane Vanini. In: GOMES, op. cit., p. 352.

³² ARAÚJO, M. P. N. **A utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 43.

³³ MARQUES, T. C. S. op. cit.

³⁴ Em entrevista, Simone de Beauvoir definiu o feminismo enquanto “uma forma de viver individualmente e lutar coletivamente”. Cf. Entrevista com Simone de Beauvoir realizada por P. Viansson-Ponté – **Le Monde**, 10-11 janvier 1978, p. 1-2, tradução da editoria. Apud. KOFES, S. No labirinto, espadas e novelo de linha: Beauvoir e Haraway, alteridades e alteridade na teoria social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 865-877, setembro-dezembro/2008, p. 868.

³⁵ ROCHEFORT, F. Les féministes. In: BECKER, J-J.; CANDAR, G. (Dir.). **Histoire des gauches en France**. vol. 2. Paris: La Découverte, 2005. p. 108.

³⁶ *ibid.*, p. 114.

³⁷ *idem*.

³⁸ MILANI, C.; LANIADO, R. Transnational social movements and the Globalization agenda: A methodological approach based on the analysis of the World Social Fórum. **Brazilian Political Science Review**, vol. 1, nº 2, 2007. p. 26.

³⁹ TILLY, C.; TARROW, S. **Politique(s) du conflit**: De la grève à la révolution. Paris: Presses de Sciences Po, 2008. p. 87.

⁴⁰ RONINGER, L. Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, nº 1, 2010.

⁴¹ ALEMBERT, Z. Depoimento, dezembro de 1978. In: COSTA, A. de O., et al. **Memórias de mulheres no exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 62.

⁴² Os relatos utilizados para abordar a questão do feminismo entre as exiladas foram extraídos da coletânea “Memória de mulheres no exílio”, organizado por brasileiras então exiladas na França, e lançado em 1980. A obra se propõe a dar continuidade à primeira coletânea de memórias de exilados, intitulada “*Memórias do exílio: Brasil 1964/19???*”, que contava majoritariamente com depoimentos de homens e foi lançada em 1978. Por sua vez, “*Memória de mulheres no exílio*”, foi lançada em 1980 e foi um resultado da mudança de perspectiva das exiladas no exílio. Ambas representam um esforço dos exilados para se afirmarem enquanto agentes políticos e acabaram fazendo parte da “guerra da memória” que passou a existir após o fim do regime militar. Sobre a “guerra da memória, ver: MARTINS FILHO, J. R. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia História**, nº 28, 2003.

⁴³ ANA MARIA. Depoimento. Setembro de 1977. In: COSTA, A. de O., et al. op. cit., p. 299.

⁴⁴ WOLFF, C. S. Féminisme et lutte armée : un regard à partir de L'exil. In: SANTOS, I. M.-F. dos; ROLLAND, Denis (Dir.). op cit.

⁴⁵ *ibid.*, p. 163.

⁴⁶ PEDRO, J. M. Lectures Brésiliennes du féminisme français et mécanismes d'identification au Brésil. In: SANTOS, I. M-F dos; ROLLAND, D. (Dir.). op. cit., pp. 265-266.

⁴⁷ *idem.*

⁴⁸ *ibid.*, p. 262.

⁴⁹ Entrevista com Ângela Xavier de Brito. 1/12/2009.

⁵⁰ PEDRO, J. M. op. cit., p. 266.

⁵¹ PEDRO, J. M.; WOLFF, C. S. Nosotras e o Círculo de mulheres brasileiras em Paris: feminismo tropical em Paris. **ArtCultura**, v. 9, nº 14, 2007. p. 55-69, p. 64.

⁵² CÍRCULO DE MULHERES BRASILEIRAS. Documento “enviado a vários jornais: *Opinião, Movimento, Brasil-Mulher, Nós Mulheres*”. Paris, 17 dez. 1976. Librairie Harmattan 18, rue des Quatre-vents 75006 – Paris. Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine (BDIC), Archives: F delta 1120(11). Recueil: Brésiliennes en France. Documents. Paris: Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, 1976-1978.

⁵³ *A Maison du Brésil* é uma residência universitária Franco-Brasileira, localizada na Cidade Universitária de Paris e fundada em 1959. A casa mantida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é destinada a pesquisadores em intercâmbio de estudos na França, e considerada um polo cultural brasileiro em Paris. Durante a ditadura militar, foi o palco de reuniões e diversas outras manifestações políticas e culturais da colônia brasileira em Paris.

⁵⁴ PEDRO, J. M. op. cit., p. 270.

⁵⁵ CARVALHO, R. Evitando um novo exílio. **Anistia** – órgão oficial do Comitê Brasil pela Anistia/RJ, nº 5, 1979. p. 40. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil: Répression et Droits de l'homme au Brésil. Documents divers: 1969-1986, p. 40.

⁵⁶ Entrevista com Simone de Beauvoir realizada por P. Viansson-Ponté – **Le Monde**, 10-11 janvier 1978, p. 1-2, tradução da editoria. Apud. KOFES, S. No labirinto,

espadas e novelo de linha: Beauvoir e Haraway, alteridades e alteridade na teoria social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3): 865-877, setembro-dezembro/2008, p. 868.

⁵⁷ DECLARAÇÃO política das mulheres do Campanha. Dossiê. **Cadernos de Campanha**. n° 11, 1979. BDIC, Archives: 4 p 11310. Recueil: Campanha (Fr), pp. 03-04.

⁵⁸ PEDRO, J. M. op. cit., p. 265.

⁵⁹ PINTO, C. R. J. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003. p. 53.

⁶⁰ McADAM, D.; PAULSEN, R., Specifying the relationship between social ties and activism. **American Journal of Sociology**, vol. 99, n° 3, 1993. pp. 640-667, p. 646.

⁶¹ Entre os grupos emergentes no Brasil em 1975, podemos destacar o grupo ligado ao periódico *Brasil mulher*, de Londrina, e o Centro da Mulher Brasileira (CMB), do Rio de Janeiro, entre outros que procuraram discutir os direitos das mulheres, além da anistia e do combate à ditadura (PEDRO, J. M. op. cit., pp. 266-268.).

⁶² CARVALHO, R. Evitando um novo exílio. **Anistia** – órgão oficial do Comitê Brasil pela Anistia/RJ, n° 5, 1979. BDIC, Archives : F Delta 1119 (1-2). Recueil: Répression et Droits de l'homme au Brésil. Documents divers: 1969-1986, p. 40.